

**TRANSLATION POLICIES IN LEGAL AND INSTITUTIONAL
SETTINGS, DE BOURGUIGNON, M., NOUWS, B. & VAN GERVEN, H.
(EDS.)**

Isabelle Tulekian¹

ISCAP-P.PORTO

A Universidade Católica de Leuven está localizada em Lovaina, na região da Flandres. A KU Leuven é, atualmente, a maior universidade belga e, desde 2016, tem sido reconhecida como a mais inovadora da Europa no domínio da investigação.

É manifestamente essa característica que se reconhece na obra coordenada por Marie Bourguignon, Bieke Nouws e Heleen van Gerven, onde se trata de forma inovadora a questão das políticas de tradução em contexto jurídico e administrativo. “*Translation policies in legal and institutional settings*”, porque desta obra se trata, foi publicada pela Leuven University Press em 2021, integrando a coleção *Translation, Interpreting and Transfer*, inspirada pelo trabalho do linguista Roman Jakobson. As coordenadoras têm, no seu perfil académico, uma característica comum, que é o facto de no seu percurso universitário terem passado em duas áreas fundamentais, o direito e a tradução.

O livro é constituído pela versão revista e alargada das comunicações apresentadas no congresso organizado em 2018 pela KU Leuven sob o título “LITP (Legal and Institutional Translation Policies) 2018 conference”. O objetivo do Congresso era o de juntar investigadores da área da tradução, da sociolinguística, da filosofia política e do direito, para refletirem em conjunto a propósito dos desafios das políticas de tradução em contextos de serviços administrativos e jurídicos abertos a um público com grande diversidade linguística. No total, são dez comunicações. Cada uma apresenta um estudo de caso relacionado com as

¹ ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1861-5241>; Email: itulekian@iscap.ipp.pt.

políticas de tradução num contexto geográfico específico, como Canadá, China, União Europeia, Tirol do Sul, Catalunha, Itália, Eslováquia, Suíça e Bélgica.

A introdução da obra ficou, naturalmente, a cargo das coordenadoras que reconhecem nunca ter sido dado grande relevo à tradução em contexto jurídico e administrativo, dois contextos, aliás, não só complementares, mas também interconectados. A obra pretende levar a cabo um balanço do estado atual das políticas de tradução, a partir das experiências muito diversificadas relatadas pelos autores das comunicações, e divulgar a abordagem pluridisciplinar com que querem apreender essas políticas. Nota-se que os contextos dos estudos apresentados correspondem a países ou regiões multilingues e multiculturais, onde a questão do recurso à tradução é particularmente importante. Por isso se define, logo na introdução, o conceito de políticas de tradução, que, segundo alguns dos autores, não se limita ao regime jurídico aplicado à tradução nos serviços públicos e abrange, além disso, as ideologias e as práticas que influenciam os tradutores no contexto jurídico e administrativo. Basicamente, existem várias opções implementadas pelos estados em matéria de políticas de tradução, da opção do monolinguismo total do estado, com uma língua oficial nacional, e sem recurso à tradução, a opção oposta, que permite a combinação de um estado monolingué com o plurilinguismo nas instituições e a obrigação de traduzir em todos os casos.

Através dos diversos contributos, neste livro procura-se, com assinalável eficácia, definir melhor a tradução em contexto jurídico e as suas especificidades comparando com a tradução noutros contextos utilizando, designadamente, uma perspetiva histórica que, até hoje, não foi alvo de muita investigação. O perfil académico ou social do profissional que pratica a tradução jurídica é também investigado, completando outros estudos anteriores. As comunicações destacam, ainda que com referência a contextos muito diversos, uma escassez de recursos a nível de ferramentas disponíveis para o tradutor, como bases de terminologia, mas também de instruções pormenorizadas quanto à intervenção de tradutores ou intérpretes nos serviços judiciais. Essas falhas na organização dos serviços podem levar a situações de

desigualdade para cidadãos que não dominam a língua oficial do estado e não têm a oportunidade de se defenderem em tribunal.

Quanto à tradução em contexto institucional, que ocorre nos serviços públicos, é definida pelos autores das comunicações, de maneira abrangente, como tradução no contexto de municípios, igrejas, governos, jornais. É possível estarmos perante uma excessiva abrangência e se perca, de alguma maneira, o foco. Em paralelo ao papel do tradutor ou intérprete, parece particularmente relevante, nesse âmbito, estudar a figura e a função do funcionário público no atendimento de pessoas de origens muito diversas, que se encontram em situações de grande vulnerabilidade. De facto, o livro lança ideias para debates e abre pistas para a investigação que ainda não foi desenvolvida ou merece ser aprofundada. As comunicações apresentadas como estudos de casos dão conta da realidade de situações particularmente diversas em contextos com especificidades geográficas e, sobretudo, políticas. Levanta-se a questão do respeito pelos direitos humanos e do direito à tradução, que não serão, com certeza, encarados da mesma maneira em todos os casos.

Esta obra vem, sem dúvida, abrir novas portas à investigação na área da tradução em contexto jurídico e administrativo, tanto através das práticas apresentadas nos diversos estudos de casos, como pelo grande número de referências bibliográficas citadas ao longo de todo o livro.

Bourguignon, M., Nouws, B. & van Gerven, H. – eds. (2021). *Translation policies in legal and institutional settings*. Leuven University Press. <https://doi.org/10.11116/9789461664112>